

CONTRIBUIÇÕES ESTRATÉGIAS PARA O SETOR DAS PESCAS E AQUACULTURA (CESPA 2026-2036)

RELATÓRIO PRELIMINAR DA JORNADA PREPARATÓRIA EM SANTO ANTÃO

Porto Novo – 08 de Julho de 2025

Escola Técnica João Varela na cidade do Porto Novo



Organização: APESC – Associação dos Armadores de Pesca de Cabo Verde



MINISTÉRIO
DO MAR



ÍNDICE

1. SIGLAS E ABREVIATURAS.....	1
2. INTRODUÇÃO	2
3. SESSÃO DE ABERTURA	3
4. APRESENTAÇÃO DO BREVE HISTORIAL E CONTEXTO DO CESPA.....	8
5. PAINÉIS TEMÁTICOS	9
6. BRAINSTORMING - IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS E IDEIAS DE SOLUÇÃO.....	14
7. TRABALHOS DE GRUPO – ANÁLISES SWOT POR COMUNIDADES	21
8. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES.....	28
9. ENCERRAMENTO.....	29
10. ANEXOS	32

1. SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCP-PN - Associação Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores do Porto Novo

APESC - Associação dos Armadores de Pesca

CESPA - Contribuições Estratégicas para o Setor das Pescas e Aquacultura

DCP - Dispositivo de Concentração de Pescado

DNPM - Direção Nacional das Políticas do Mar

IMAR - Instituto do Mar

OCEAN WEEK - Semana dos Oceanos

SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

TAC - Total Admissível de Captura

TIR - Taxa Interna de Rentabilidade

VAL - Valor Atualizado Líquido

ZEE - Zona Económica Exclusiva

2. INTRODUÇÃO

No dia 8 de junho de 2025, a Escola Técnica João Varela, em Santo Antão, acolheu a primeira Jornada Preparatória do 1º Congresso Nacional das Pescas e Aquacultura. O evento, organizado pela **APESC - Associação dos Armadores de Pesca de Cabo Verde**, teve como objetivo central promover uma consulta nacional para a elaboração das **Contribuições Estratégicas para o Setor das Pescas e Aquacultura (CESPA 2026–2036)**, em alinhamento com a Estratégia Nacional das Políticas do Mar definida pelo Governo de Cabo Verde.

A iniciativa reuniu pescadores, peixeiras, técnicos, armadores, fornecedores e lideranças comunitárias dos três municípios da ilha: Porto Novo, Ribeira Grande e Paúl. Do concelho do Porto Novo participaram representantes das comunidades piscatórias do **Monte Trigo, Tarrafal de Monte Trigo** e da própria **cidade do Porto Novo**. Do Paúl, estiveram presentes pescadores e mergulhadores das comunidades de **Póss e Pontinha de Janela**. Já da Ribeira Grande participaram membros das comunidades piscatórias da **Cruzinha, Ponta do Sol e Sinagoga**; que num ambiente de diálogo aberto e colaborativo, refletiram e debateram sobre os principais desafios, prioridades e soluções para promover o desenvolvimento sustentável do setor das pescas na ilha.



Com início s 09H00, os trabalhos tiveram a seguinte ordem:

Sessão de Abertura:

- 2.1. Discursos de Abertura e Nota de Boas Vindas.
- 2.2. Apresentação de Contexto – Introdução do Processo CESPA 2026-2036.

Painéis Temáticos:

- 2.3. **Aspetos de Segurança na Caça/Pesca Submarina e os Desafios das Doenças de Descompressão; a necessidade de Câmaras Hiperbáricas no País;**
- 2.4. **Medidas de Gestão da Cavala e Chicharro – Períodos de Defeso Versus TAC (quota máxima de captura por espécie);**
- 2.5. **Pesca Submarina, Cross, Luz e outras Modalidades – Quadro Legal e Regulamentares; Melhorias na Eficácia da Fiscalização;**

- 2.6. **Modernização e Otimização da Frota Semi-Industrial Pesqueira – Estudos Preliminares sobre a Instalação de Sonares e Sistemas de Conservação do Pescado a Bordo;**
- 2.7. **Os Desafios de Captura e Fim de Derrogação da UE/Industrialização do Setor.**
- 2.8. **Brainstorming Coletivo – Debate Inicial para Identificação dos Problemas Prioritários e Ideias de Solução.**
- 2.9. **Trabalhos de Grupo:**
 - Análise SWOT por comunidades piscatórias (Cada Grupo com Facilitador);
 - Elaboração de Propostas Concretas.
 - Apresentação e Discussão em Plenário.
 - Apresentação dos Resultados dos Grupos;
 - Debate Geral e Validação Coletiva.
 - Síntese e Encerramento:
 - Leitura das Principais Recomendações;
 - Encerramento Oficial.

3. SESSÃO DE ABERTURA

A cerimónia de abertura contou com uma mesa composta por **Anísio Évora**, Diretor Nacional das Políticas do Mar, em representação do Ministro do Mar do Governo de Cabo Verde; **Elisa Pinheiro**, Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo; e **Atlarmiro Correia**, Presidente da Associação dos Pescadores e Peixeiras do Porto Novo. Em conjunto, conduziram a sessão inaugural, marcando oficialmente o início dos trabalhos do evento.



3.1 ATLARMIRO CORREIA – PRESIDENTE DA ADCP-PN

A primeira intervenção coube ao Sr. **Atlarmiro Correia** – Presidente da **Associação Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores do Porto Novo**. Iniciou dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos, em especial ao Presidente da APESC, Sr. Susano Vicente, destacando a importância do evento para o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro da Ilha de Santo Antão, enquadrado no processo de elaboração de Contribuições Estratégicas para a Pesca e Aquacultura 2026-2036, envolvendo pescadores, peixeiras, técnicos e outros stakeholders de Santo Antão (Porto Novo, Paul e Ribeira Grande).



Enunciou os desafios enfrentados pelo setor, tais como a necessidade de modernização da frota pesqueira, melhorar a conservação do pescado à bordo, abordou a questão da escassez de mão de obra qualificada, o acesso limitado ao financiamento para a atividade pesqueira, e os impactos das mudanças climáticas.

Também apontou oportunidades como a transformação do pescado, formação de mão-de-obra, a expansão de mercados externos, acordos de pescas e novas parcerias de pesca.

Partilhou ainda a sua visão para a pesca passando pelo diálogo aberto e produtivo entre todos os atores do Setor das Pescas presentes para identificar os problemas e as oportunidades do setor tendo em vista a sistematização das recomendações e a assunção de compromissos coletivos e fortalecer o compromisso com a sustentabilidade e a inclusão social.

Defendeu a industrialização, a empresarialização do Setor, a modernização das infraestruturas, a capacitação dos atores - pescadores, peixeiras, peixeiros e técnicos -, o investimento estratégico para a transformação do Setor, e, olhar os desafios não como barreiras, mas como oportunidades de desenvolvimento que se abrem e que devem ser potenciados de forma sustentada, sempre respeitando a pesca artesanal. Estima para a materialização desta visão, uma necessidade de ECV 7,5 milhões, conforme a visão da Associação dos Pescadores e Peixeiras de Porto Novo:

“Para enfrentar os desafios estruturais e aproveitar as oportunidades, apontar para um caminho da industrialização e empresarialização do setor. E essa visão não é apenas um desejo, é um plano que exige investimentos concretos.

Permitam-me que vos apresente alguns números que ilustram a dimensão do que precisamos alcançar. A grelha que temos diante de nós, e que representa uma projeção do tipo de investimentos que consideramos essenciais, aponta para um investimento total estimado de 6.491.000.000,00 Escudos Cabo-verdianos.”

Detalhou um pouco o que isso significa na prática:

- Ter 10 Atuneiros de Médio Porte, com um investimento unitário de 200 milhões de escudos cada, totalizando 2 mil milhões de escudos. Estes navios são cruciais para alavancar a nossa capacidade de pesca de atum, um recurso de alto valor no mercado internacional, permitindo-nos ir mais longe e capturar com maior eficiência;
- 30 Embarcações Semi-Industriais Autossuficientes, cada uma com um custo de 50 milhões de escudos, somando 1.500 milhões de escudos. Estas embarcações representam um passo intermédio vital, modernizando a frota e oferecendo maior autonomia e capacidade de conservação do pescado.
- Não esquecemos a base da nossa pesca: 126 Embarcações Artesanais Melhoradas, com um investimento de 3.500.000,00 escudos por unidade, totalizando 441 milhões de escudos. É fundamental equipar os nossos pescadores artesanais com melhores condições e tecnologias, garantindo a sua segurança e a qualidade do seu trabalho.
- Um investimento de 500 milhões de escudos em Infraestruturas de Apoio em Terra é igualmente prioritário. Falamos de instalações de frio, fábricas de gelo, mercados de peixe modernos e pontos de descarga que permitam a conservação e o processamento adequado do pescado, reduzindo perdas e agregando valor.
- A Formação é um pilar insubstituível. Com 300 milhões de escudos dedicados a esta área, queremos capacitar os nossos pescadores, peixeiras, técnicos e gestores com as melhores práticas, novas tecnologias e conhecimentos de gestão empresarial.
- A Fiscalização, com um investimento de 250 milhões de escudos, é essencial para garantir a sustentabilidade dos nossos recursos marinhos e combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Proteger o nosso mar é proteger o nosso futuro.
- Finalmente, a aquisição de um Barco Modriza/Mãe, com um investimento de 1.500 milhões de escudos, demonstra a nossa ambição de criar uma logística mais robusta e eficiente, permitindo o apoio às embarcações no mar e a recolha do pescado em maior escala.”
- Para concluir, agradeceu a todos pela presença e expressou esperança de que a jornada propicie elementos importantes para o sucesso da pesca em Cabo Verde com base na sustentabilidade e na valorização do trabalho dos pescadores.



3.2. ELISA PINHEIRO - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVO

Seguiu-se a comunicação da **Sra. Elisa Pinheiro**, na qualidade de **Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo**, que iniciou o seu discurso dando as boas-vindas aos participantes da Jornada Preparatória CESPA 2026-2036 na Cidade do Porto. Expressou a elevada honra e orgulho em liderar uma comunidade que enfrenta desafios diários e enfatizou que o fórum serve para reflexão e construção coletiva sobre o futuro do setor da pesca, essencial para o desenvolvimento do Município e de Cabo Verde.

Fez uma menção especial, com cumprimentos, aos “Heróis do Mar, Pescadores e Peixeiras.”

Frisou que a pesca é uma atividade econômica vital para muitas famílias no Município, mas enfrenta desafios estruturais como a carência de infraestruturas, acesso ao crédito (verificou não estar na sala nenhum representante do setor bancário) e apela à necessidade de modernização da pesca artesanal e melhores acessos ao mercado. Ela também mencionou o mergulho como uma modalidade lucrativa, mas que deve ser feita com segurança. Por fim, ela ressaltou a importância da parceria entre câmaras municipais e associações para o desenvolvimento local e desejou que o fórum resultasse em decisões significativas para o setor.

Por fim, expôs a sua visão que é um Setor Moderno e Sustentado capaz de produzir riqueza e melhorar as Comunidades Piscatórias para juntos, construir o Porto Novo, Santo Antão e Cabo Verde. Rematou com uma homenagem especial aos atores (pescadores, peixeiras e técnicos).

3.3. ANÍSIO ÉVORA – DIRETOR NACIONAL DAS POLÍTICAS DO MAR

Em representação do Sr. Ministro do Mar, O Sr. **Anísio Évora**, iniciou o seu discurso desejando bom dia a todos, salientando enorme satisfação em participar desse evento, que culminará no 1º Congresso Nacional para uma pesca sustentável em Cabo Verde, organizado pela Associação dos Armadores da Pesca-APESC.

Expressou a relevância do mar para Cabo Verde como fonte de crescimento económico que contribui para a segurança alimentar, o emprego, a mobilidade das pessoas e bens, entre outras potencialidades. Apontou dados estatísticos como a contribuição ao PIB nacional em cerca de 20%, representado 17% dos empregos no país, representando o principal produto das exportações do país, 80%, e o emprego de 10% da população ativa no setor das Pescas.



Abordou os atuais desafios do Mundo e do país, como a sobrepesca, a degradação ambiental e o acesso limitado aos mercados e apontou apostas do Governo de Cabo Verde no fortalecimento de políticas que garantem a sustentabilidade dos stocks pesqueiros, investindo em tecnologias inovadoras para garantir o crescimento sustentado da Economia Azul.

O DNPM destacou programas nacionais que reforçam o apoio ao setor, entre os quais o *BlueX*, plataforma de negociação de instrumentos financeiros sustentáveis, da Bolsa de Valores de Cabo Verde, com apoio do PNUD; programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas (Pro-Empresa, Pro-Garante, Pro-Capital), com financiamento do Banco Mundial; Fundo Autónomo das Pescas, criado em 2018; Fundo do Turismo; Fundo MAIS e o Fundo Soberano de Garantia de Investimento Privado.

Além disso, enfatizou a importância do capital humano no setor marítimo, destacando a necessidade de formação em gestão sustentável da pesca, turismo costeiro e energias renováveis. O papel da pesquisa científica foi mencionado como essencial, com apoio ao Instituto do Mar para análise de dados. Ele também reforçou a importância de parcerias entre universidades e empresas na Economia Azul. Anísio Évora concluiu alertando sobre a necessidade de agir para reduzir a poluição e restaurar os recursos pesqueiros. O futuro da pesca depende de práticas que respeitem o mar e a sua biodiversidade.

4. APRESENTAÇÃO DO BREVE HISTORIAL E CONTEXTO DO CESPA



SUSANO VICENTE – PRESIDENTE DA APESC

iniciou a sua intervenção agradecendo à sua equipa e aos participantes de todas as comunidades da ilha de Santo Antão, destacando o papel fundamental dos líderes comunitários na mobilização para a Jornada.

Recordou que pessoalmente, ingressou no setor das pescas em 2009 com uma visão simplificada e centrada na atividade económica. No entanto, ao longo dos anos, compreendeu a complexidade do setor, marcado por desafios estruturais e riscos elevados, o que o levou a defender a necessidade de melhorias no sistema.

Destacou que, com base nessa constatação, juntamente da APESC e toda a sua equipa de trabalho e suporte de conjunto de colaboradores e especialistas, têm vindo a refletir e desenvolver ações voltadas para propor melhorias no sistema. Referiu que nesse projeto em particular, objetivo central é recolher contribuições dos vários quadrantes em toda a cadeia de valores que permitam por fim, elaborar um documento que se materializarão nas **Contribuições Estratégicas para o Setor das Pescas e Aquacultura (CESPA 2026–2036)**, que complemente e fortaleça a implementação das políticas públicas já existentes, em particular o **Plano Estratégico das Políticas do Mar**, da responsabilidade do Governo de Cabo Verde.

Esclareceu que as contribuições estratégicas serão fruto de um processo participativo que reúne *inputs* dos diversos atores do setor: pescadores, peixeiras, técnicos, associações, prestadores de serviços, autoridades locais e nacionais, e parceiros institucionais.

Apresentou ainda a CESPA como um espaço de diálogo e concertação com vista à identificação de constrangimentos, análise de soluções e formulação de propostas sustentáveis. Sublinhou que a Jornada de Santo Antão seria a primeira de várias previstas em outras ilhas, incluindo São Nicolau, Sal, São Vicente e Santiago, culminando no 1º Congresso Nacional do Setor das Pescas, durante a Ocean Week 2025.

Concluiu apelando ao envolvimento de todos e valorizando o papel de uma equipa consultora, constituída por amigos do setor das pescas e que atuam a título *pro bono* nesse projeto. Referiu que essa equipa terá no fim, uma responsabilidade adicional de sistematizar todos os contributos obtidos nas jornadas preparatórias, fórum e Congresso, para num exercício de conjugação com resultados e recomendações de vários estudos e ou outros documentos ja

consolidados ao nível nacional e aplicar o método da triangulação metodológica com o **Plano Estratégico das Políticas do Mar** e extrair um documento final robusto e representativo, que se consubstanciará nas **Contribuições Estratégicas do Setor das Pescas e Aquacultura (CESPA 26-36)**, referindo que a essa altura do campeonato, terá que mobilizar recursos para compensar o grande esforço da equipa.

5. PAINÉIS TEMÁTICOS

Seguiu-se a apresentação dos painéis temáticos, conduzidos por especialistas convidados, que abordaram questões diretamente ligadas às comunidades piscatórias e, em simultâneo, aos desafios nacionais do setor. O objetivo foi fornecer subsídios técnicos e estratégicos que servissem de base para enriquecer os debates e reflexões coletivas, preparando os participantes para o momento subsequente de brainstorming e construção de propostas.

5.1. PESCA SUBMARINA, DESAFIOS DA SEGURANÇA E AS DOENÇAS DE DESCOMPRESSÃO



PAULO PINHEIRO – ASSOCIAÇÃO DE MERGULHADORES

Iniciou sua apresentação explicando os dois tipos de mergulho que existem: o mergulho livre (*apneia*) e o mergulho com garrafas. No mergulho livre, o corpo consome oxigênio e produz dióxido de carbono, podendo ocorrer desmaios, ou síncope, que é um acidente de mergulho muito recorrente. Compartilhou dicas sobre como salvar vidas em tais situações.

Frisou que no mergulho com garrafa, existem outros riscos, como o acidente descompressivo, que ocorre devido ao excesso de azoto ou

hidrogênio no corpo pelo que equipamentos como o monómetro são essenciais.

Destacou a importância de ter câmaras hiperbáricas que proporciona tratamentos de oxigenoterapia indicado para embolias pulmonar, envenenamentos, infeções, cicatrizações de feridas e outras doenças. Referiu que o Governo de Cabo Verde já está sensibilizado a providenciar a aquisição de três câmaras hiperbáricas que serão colocadas, estrategicamente em três ilhas - São Vicente, Sal e Santiago.

Enfatizou também a necessidade de equipas médicas especializadas para operarem essas câmaras e a importância da transmissão do conhecimento em primeiros socorros para prevenir acidentes.

5.2. MEDIDAS DE GESTÃO DA CAVALA E CHICHARRO – PERÍODOS DE DEFESO VERSUS TAC (QUOTA MÁXIMA DE CAPTURA POR ESPÉCIE)

ALBERTINO MARTINS – BIÓLOGO PESQUEIRO

Com ênfase no Plano de Gestão das Pescas e na Gestão da Cavala Preta e Chicharro, o **Sr. Albertino Martins** que é também Presidente do Conselho Diretivo do IMAR (Instituto do Mar) explicou o método de TAC (Total Admissível de Captura), as suas vantagens e outros aspetos como a sua intransmissibilidade.

Salientando que o TAC controla diretamente a quantidade extraída, evitando colapsos populacionais, porém, depende de dados precisos sobre stock e capturas para não comprometer a sua eficácia. Ainda sob o ponto de vista da



sustentabilidade dos recursos pesqueiros o TAC permite uma gestão adaptativa pela revisão anual com base em ciência, alinha-se â objetivos da Economia Azul e Certificação, é mais justo para pescadores ao permitir um planeamento com transparência e pode ser combinado com DEFESO, se necessário. Está previsto no **Plano de Gestão dos Recursos da Pesca - 2019-2023**, mas não foi implementado.

Rematou que, já o método de **Eficácia Biológica** ou **defeso** tem a vantagem de proteger ciclos vitais (ex.: desova), aumentando a sobrevivência de juvenis. Limitação: Se mal calendarizado, pode não cobrir todo o período reprodutivo ou áreas críticas.

Relembrou ainda o respetivo Período de Defeso da Cavala para 2025, de 14 de Julho a 15 de Setembro.

Perante alguns conflitos entre atores em áreas de atuação, informou estar previsto a revisão da questão das licenças e que medidas de gestão por pescarias poderão aliviar algumas tensões e propiciar a implementação do TAC, o DEFESO e a própria LOTA que é um desejo de há muito.

5.3. PESCA SUBMARINA – QUADRO LEGAL E REGULAMENTAR E OUTROS ASPETOS TOMMY MELO – BIÓLOGO AMBIENTALISTA



O Sr. **Tommy Melo** que é dirigente da ONG BIOSFERA - iniciou a sua intervenção alertando para práticas de pesca com impactos negativos na sustentabilidade dos recursos haliêuticos, como a pesca do 'cross', a pesca com recurso luzes artificiais na pesca semi-industrial e a pesca submarina. Exortou as autoridades competentes a tomarem medidas para travar essas atividades.

No que diz respeito à pesca de “**CROSS**”, disse tratar-se de uma evolução da pesca com redes de emalhar, em que os peixes são espantados e conduzidos até à rede. Sublinhou-se que esta técnica tem efeitos semelhantes aos da pesca de arrasto e que é amplamente utilizada na ilha de Santa Luzia, uma Área Protegida, que, por consequência, já se encontra praticamente esvaziada de recursos pesqueiros, devido ao impacto desta prática.

Rematou que na pesca semi-industrial, a utilização de luz artificial durante a noite para a captura de espécies demersais com redes, nas zonas costeiras de Santo Antão, constitui uma prática ilegal que deve ser urgentemente proibida.

No que diz respeito a pesca submarina, destacou que se trata de uma pesca que geralmente é feita de forma ilegal, seja por falta de conscientização ou por falta de regulamentação.

Referiu ainda a situações propensas a gerarem conflitos, como aquelas em que pescadores artesanais dedicam tempo e esforço a iscarem uma determinada área de pesca, para depois surgirem mergulhadores que capturam o peixe já atraído, ou mesmo outros botes que entram em competição na mesma zona previamente iscada. Sublinhou que tais práticas impedem os pescadores que prepararam o local de colherem os frutos do seu trabalho. Acrescentou, por fim, que esses conflitos ocorrem, por vezes, entre membros da própria família.

Exortou as autoridades competentes a desenvolverem regulamentações robustas, acompanhadas de uma fiscalização eficaz, capaz de pôr cobro às situações de conflito e práticas desleais nas áreas de pesca. Informou que a ONG Biosfera está atualmente a implementar um projeto com o objetivo de auscultar todas as comunidades pesqueiras e demais parceiros relevantes, com vista à recolha de contributos que permitam formular propostas concretas para combater a pesca ilegal.

Sublinhou que, para garantir uma fiscalização eficiente e moderna, é necessário recorrer a tecnologias como drones, integrando esta abordagem numa estratégia de co-gestão dos

recursos pesqueiros de Cabo Verde. Encerrou a sua intervenção destacando a urgência em rever o quadro legal da pesca submarina, bem como a necessidade de se eliminar práticas nefastas que continuam a comprometer a sustentabilidade do setor.

5.4. DESAFIOS DE CAPTURA E FIM DE DERROGAÇÃO DA UE/INDUSTRIALIZAÇÃO DO SETOR

SUSANO VICENTE – PRESIDENTE DA APESC

iniciou a sua apresentação identificando fraca capacidade de captura nacional como um dos principais constrangimentos do setor pesqueiro nacional. Referiu que, embora Cabo Verde disponha de um potencial de captura estimado em cerca de 40 mil toneladas por ano, o país só consegue explorar aproximadamente 10 mil toneladas, deixando um excedente de 30 mil toneladas por aproveitar, isso devido à limitada capacidade da frota nacional, a qual carece de autonomia para operar por longos períodos no mar. Este défice acaba por ser colmatado por embarcações estrangeiras.



Enfatizou que a Zona Económica Exclusiva (ZEE) não constitui, literalmente, território nacional, mas sim águas internacionais sob soberania e jurisdição de Cabo Verde, conferindo ao Estado o direito exclusivo de exploração dos recursos marinhos nelas existentes. Sublinhou que, em caso de incapacidade nacional de captura, o país é obrigado a recorrer a acordos bilaterais ou mecanismos legais com outros Estados, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da qual Cabo Verde é parte signatária.

Referiu também que os valores de contrapartida financeira resultantes dos acordos de pesca celebrados com parceiros estrangeiros destinam-se, em teoria, a apoiar a industrialização e o desenvolvimento do setor pesqueiro, em especial a modernização e otimização da frota nacional, mas salientou que esses objetivos ainda não foram efetivamente alcançados.

Abordou ainda a questão da derrogação e do Sistema de Preferências Generalizadas *Plus* (SPG+) concedido pela União Europeia, mecanismo de que Cabo Verde é beneficiário, integrando um grupo restrito de apenas nove países no mundo, sendo o único em África que podem exportar produtos originários com isenção de taxas aduaneiras. No entanto, apontou que o pescado exportado por Cabo Verde não é genuinamente nacional, uma vez que o país não dispõe de matéria-prima suficiente para abastecer a indústria nacional de conservas; razão pela qual a UE aplica uma suspensão temporária (derrogação) das suas próprias regras de certificação de origem dos produtos de Cabo Verde, válida até 25 de dezembro. Após esta data,

Cabo Verde terá obrigatoriamente de assegurar a origem nacional do pescado exportado, ou suportar os encargos fiscais aplicáveis aos restantes países exportadores.

Advertiu que este cenário representa um sério desafio para a indústria conserveira nacional, responsável por cerca de 80% das exportações do país.

Concluiu sublinhando a urgência de uma reflexão estratégica sobre o futuro posicionamento de Cabo Verde no setor das pescas, reforçando a necessidade de dotar o país de maior capacidade de captura nacional o que terá que passar por:

- Investir na frota nacional e na reconversão da frota artesanal;
- Reforçar os mecanismos de fiscalização; e
- Melhorar o sistema de monitorização pesqueira.

5.5. MODERNIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA: INSTALAÇÃO DE SONARES E MELHORIA DOS SISTEMAS DE CONSERVAÇÃO A BORDO



EDÉRIO ALMADA – ECONOMISTA, CONSULTOR ESPECIALISTA EM BIO-ECONOMIA

O Sr. **Edério Almada** apresentou uma proposta estratégica para a modernização e otimização da frota pesqueira de Cabo Verde, sublinhando a importância de abordar a cadeia de valor do setor de forma integrada com o turismo e outros segmentos da Economia Azul. Destacou a ausência de iniciativas concretas para investir adequadamente na frota nacional, observando que é, por vezes, mais fácil adquirir equipamentos do que realizar investimentos estruturantes e sustentáveis.

Apontou ainda para a necessidade de um Plano Operacional para a reformulação da frota pesqueira, estruturado num projeto integrado com três componentes principais, sustentado por estudos técnicos e estimativas de investimento:

- I. Adequação da frota semi-industrial, com foco na conservação e congelamento a bordo, através da implementação de um projeto-piloto envolvendo 20 embarcações. Esta intervenção permitirá estender os dias de pesca de 9 para até 12 dias.
 - Orçamento estimado: entre 5 e 8 milhões de dólares
 - VAL (Valor Atual Líquido): 676.558 USD
 - TIR (Taxa Interna de Retorno): 14%

- II. Reconversão do excedente da frota artesanal em frota semi-industrial, promovendo a eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros.
- III. Operacionalização de quatro navios de pesca industrial, mediante a aquisição de dois navios cercadores e dois palangreiros, com dimensões entre 30 e 40 metros. Esta componente será de responsabilidade do setor privado ou de cooperativas, uma vez que o Estado não possui nem vocação nem capacidade de execução direta neste domínio.

Investimento estimado: 12 milhões de dólares

- VAL: 11,3 milhões de dólares
- TIR: 15%

O Doutor Edério concluiu defendendo que o momento de investir na frota é agora, através de uma modernização e adequação em curto e médio prazo, baseada em indicadores claros de sustentabilidade, eficiência e eficácia.

6. BRAINSTORMING - IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS E IDEIAS DE SOLUÇÃO



RUI FREITA - BIÓLOGO MARINHO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Posto isto, e após a leitura dos restantes tópicos do Programa, deu-se início a um momento de brainstorming coletivo, seguido de um debate orientado e moderado por Rui Freitas.

Este explicou aos participantes que o objetivo não era apenas formular críticas, mas também apresentar propostas claras e viáveis a integrar nas recomendações do evento. De seguida, solicitou que os interessados em intervir se levantassem, se identificassem por nome e eventual instituição; e expusessem as suas questões ou sugestões.

6.1. REINY PATRICK – MERGULHADOR

Mergulhador de profissão, o Reiny defendeu que a pesca do “CROSS” deve ser reconhecida como uma boa atividade pesqueira, salientando que, esta prática não provoca nenhum dano ao meio marinho. Para ele, esta modalidade é importante, uma vez que constitui uma importante fonte de rendimento para muitas famílias, em especial para jovens desempregados e chefes de família que enfrentam grandes dificuldades no dia a dia. Acrescentou que, para estes pescadores, a pesca do “CROSS” representa uma alternativa, permitindo-lhes assegurar o emprego e o sustento para muitas famílias em Porto Novo.



6.2. JOSÉ DA LUZ – VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE TARRAFAL DE MONTE TRIGO

O Vice-Presidente da Associação dos Pescadores de Tarrafal de Monte Trigo, Sr. **José Delgado da Luz**, apresentou algumas preocupações. Entre elas, destacou a ausência de uma máquina de gelo na localidade para conservar o peixe. Informou que está em curso o processo de instalação de uma máquina de gelo no Tarrafal de Monte Trigo, sob gestão privada, posição à qual se opõem, considerando que a comunidade já dispõe de uma Associação que poderia assumir essa função. Outra preocupação levantada foi a drástica diminuição de peixe no banco de pesca do Noroeste, próximo à localidade: segundo recordou, há cerca de vinte anos atrás havia abundância de pescado naquela área, mas hoje verifica-se uma escassez acentuada.



6.3. AIRTON DIAS – MERGULHADOR E PESCADOR

O Sr. Airton Dias, pescador e mergulhador do Concelho do Paúl, na sua intervenção agradeceu o convite da APESC e augurou sucessos ao projeto, que, em sua opinião, poderá trazer uma nova dinâmica e maior sustentabilidade social, económica e ambiental para um setor que tanto necessita. Manifestou-se favorável à implementação do período de defeso e destacou a carência de DCPs (Dispositivos de Concentração de Pescado).

Sublinhou ainda os benefícios do encerramento de determinadas zonas de pesca e fez uma comparação entre os recursos destinados ao setor das pescas e os atribuídos à agricultura, evidenciando desigualdades. Chamou a atenção para a degradação dos desembarcadouros do Penedo de Janela e do Fund Póss, os quais têm colocado em risco a integridade física dos pescadores e de outros utentes.

Referiu igualmente as dificuldades no acesso a isco, a materiais de pesca diversos e ao microcrédito. Enfatizou a necessidade de criação, no município, de um espaço destinado à venda de equipamentos e materiais de pesca. Concluiu salientando que os projetos de fibragem de botes, bem como a distribuição de materiais como motores de popa e arcas térmicas, implementados noutras zonas piscatórias do país, não têm chegado ao município do Paúl nem aos seus pescadores.

6.4. RUI FREITAS – MODERADOR

Por sua vez, o Sr. Rui Freitas salientou que o encerramento de zonas de pesca, referido pelo Sr. Tommy Melo, não era uma ideia nova ou inventada agora, mas sim uma prática já adotada em outros países, onde tem gerado bons resultados. Segundo ele, Cabo Verde está atrasado na implementação dessa medida.





6.5. ÉMERSON GOMES – MERGULHADOR

Pertencente a comunidade piscatória da cidade do Porto Novo, ele abordou a questão da pesca submarina com espingarda, referindo que, segundo comentários que circulam entre vários pescadores, esta prática estaria a prejudicar a pesca artesanal. Contudo, na sua perspetiva, não corresponde à realidade. Defendeu que a pesca de mergulho com espingarda é realizada de forma responsável e dentro dos limites adequados, não provocando destruição significativa dos recursos. Pelo contrário, considera-a uma atividade legítima e essencial para muitos que, não possuindo formação, encontram nela uma forma digna de garantir o sustento das suas famílias,

afirmando que não prejudica os pescadores com botes.

6.6. RUI SILVESTRE LIMA – PESCADOR ARTESANAL

O Sr. Rui Silvestre, também armador da Ponta do Sol, questionou o Sr. Emerson sobre como é possível afirmar que a pesca com espingarda não afeta a pesca artesanal, quando todos têm conhecimento da realidade contrária. Explicou que, muitas vezes, um pescador artesanal acorda às quatro ou cinco horas da manhã, prepara-se, sai para o mar e passa um longo período a engodar a sua área de pesca, antes de lançar a linha com isco e esperar pacientemente pela captura. No entanto, ocorre frequentemente que um mergulhador, munido de espingarda de pesca submarina, chega ao mesmo local, entra na água e apanha precisamente os peixes que foram atraídos pelo engodo do pescador artesanal.





6.7. O SR. CARLOS MANUEL, PESCADOR E ARMADOR - PONTA DO SOL

O Sr. Carlos Manuel, mais conhecido por **Bislak** levantou também a questão dos mergulhadores com espingarda e defende que ela afeta e muito à pesca artesanal, que é a favor do período de defeso, falou do DCP que deixa muita falta e que para ele é uma autêntica “gota a gota” comparando com a agricultura e abordou a questão da necessidade de uma fiscalização forte.

6.8. MARIOLINO – MERGULHADOR DO PAÚL

Explicou que, no Paúl, os pescadores não conseguem encontrar materiais de pesca, como linhas, anzóis, equipamentos de mergulho ou outros itens, devido à inexistência de uma loja local que os forneça. Referiu também a existência de cacifos destinados aos pescadores para guardarem os seus pertences, que não obstante de estarem já estão prontos, nunca foram entregues. Considera que se trata apenas de promessas sucessivas, sem resultados concretos.

Manifestou ainda preocupação com a atividade dos navios estrangeiros, que pescam nas nossas águas e destroem os recursos marinhos. Lamentou que, na zona, não recebam qualquer tipo de apoio, apesar de se falar constantemente em milhões e mais milhões destinados ao setor das pescas em Cabo Verde, valores que, segundo ele, nunca chegam até os pescadores locais. Reforçou que eles também precisam beneficiar desses recursos. Afirmou que, pessoalmente, não tem qualquer problema com os botes da pesca artesanal, pois costuma capturar espécies mais próximas da costa e que a pesca com espingardas não afeta a pesca artesanal nos botes.





6.9. ALBERTINO MARTINS – BIÓLOGO PESQUEIRO

Informou que o IMAR (Instituto do Mar) retomou a colocação de DCPs, agora com um novo modelo. Lamentou, contudo, que sejam os próprios pescadores a vandalizá-los. Acrescentou que os novos DCPs estarão equipados com dispositivos GPS. Referiu ainda que, em contacto com o Diretor Nacional de Pesca e Aquacultura, foi-lhe comunicado que a máquina de gelo destinada a Tarrafal de Monte Trigo deverá chegar entre setembro e outubro.

6.10. MARIA FILOMENA BRITO – MICRO-EMPRESÁRIA NO SETOR DE TRANSFORMAÇÃO DE PESCADO

Manifestou a sua preocupação com a situação no Lajedo de Ponta do Sol, onde, segundo ela, há falta de fiscalização em todos os aspetos. Referiu que não existe respeito nem para com quem ali trabalha, nem para as peixeiras, nem para os pescadores. Partilhou a sua experiência no setor da transformação de pescado e expressou o desejo de que os seus colegas e os jovens da comunidade tenham mais oportunidades de formação e apoio para desenvolverem os seus negócios. Destacou ainda as dificuldades enfrentadas para aceder a crédito.





6.11. CELSO M. SANTOS – VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVO

O Sr. Celso Santos, Vereador da Câmara Municipal do Porto Novo, com responsabilidade pela área das Pescas, começou por felicitar a iniciativa e destacou a relevância do evento para o concelho. Sublinhou que constitui uma oportunidade para melhor compreender os desafios e identificar as oportunidades do setor, permitindo planejar e programar de forma mais eficaz as intervenções. Em seguida, colocou duas questões: a primeira, relativa ao papel das parcerias público-privadas no processo de reconversão das frotas de pesca; e a segunda, acerca da taxa de atualização dos cash flows aplicada aos investimentos no setor.

6.12. O DR. EDÉRIO ALMADA

Respondeu afirmando que, de facto, a parceria público-privada é fundamental, e que o processo de reconversão não pode ser responsabilidade exclusiva do Estado, devendo também e de forma efetiva envolver o setor privado, os pescadores, os operadores da pesca em geral, mas também as Câmaras Municipais. Aproveitou para, de forma sucinta, abordar a reconversão, sublinhando que devem existir parcerias público-privadas em que cada parte possa assumir as suas responsabilidades. Acrescentou ainda que, quando a reconversão da frota nacional de pesca se tornar uma realidade, ninguém deverá ficar de fora, sendo necessário garantir alternativas de rendimento para os mais afetados, nomeadamente através da aposta na formação profissional de qualidade. Enfatizou, por fim, a importância de existir um plano de execução que acompanhe todo o processo de reconversão.



7. TRABALHOS DE GRUPO – ANÁLISES SWOT POR COMUNIDADES

De seguida, iniciou-se a fase dos trabalhos de grupo, cujo objetivo foi a realização de análises SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) do setor nas respetivas comunidades e concelhos. Para tal, os participantes foram organizados em três grupos, distribuídos por concelho. Cada grupo contou com um facilitador responsável pela condução dos trabalhos, ficando assim constituídos:

- Grupo 1 – Concelho do Porto Novo;
- Grupo 2 – Concelho do Paúl;
- Grupo 3 – Concelho da Ribeira Grande.

7.1. GRUPO 1 - CONCELHO DO PORTO NOVO

Por razões metodológicas, e considerando as disparidades e o relativo isolamento das localidades de Monte Trigo e Tarrafal face à cidade do Porto Novo, optou-se por formar dois subgrupos e realizar duas análises distintas - uma para as comunidades de Monte Trigo e Tarrafal de Monte Trigo, e outra centrada na comunidade piscatórias da cidade do Porto Novo, sob a orientação da Sra. Sandra Correia.

a) SUB - GRUPO DO MONTE TRIGO E TARRAFAL DE MONTRIGO

Constituído pelas comunidades piscatórias do Monte Trigo e Tarrafal do Monte Trigo, tendo a Sra. Sandra Correia como facilitadora.



Resultados apresentado pelo Sr. Carlos Santos



FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> Diversidade marinha Localização privilegiada Clima apropriado á secagem de pescado. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de escoamento de produtos Deficientes recursos de Conservação de Produtos Carência de zonas de desembarque Falta de organização na união de pescadores e associações Pouca conscientização dos pescadores.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Formação GPS Desportos Náuticos Sensibilização ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de Peixe Longas Secas.

b) SUB - GRUPO DA CIDADE DO PORTO NOVO

Grupo constituído pela comunidade piscatória do Porto Novo tendo o Sr. Atlarmiro Correia como orientador.



Resultados apresentado pela **Sra. Nélida Jesus**



FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Localização Privilegiada face à bancos de pesca; • População jovem e capaz para fornecer mão-de-obra ao sector; • Armadores com visão do sector de pesca; • Jovens engajados com a pesca artesanal, a pesca de linha, a rede de emalhar, a rede rasteira e o mergulho; • Pescadores associados de forma dinâmica e assertiva; • Proximidade do IMAR que trabalha junto aos pescadores produzindo estatísticas e proteção de espécies marinhas; • Estabilidade política que facilita a governação no sector; • Uma rede de infraestruturas de apoio a pesca em terra (uma peixaria, um mercado de peixe); • Uma unidade de tratamento e processamento de pescado, e boa empresa de produção de gelo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificil acesso ao Financiamento; • Falta de infraestruturas (porto pesca e uma casa de pescador); • Ausência de responsabilidade coletiva; • Fiscalização deficiente.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Atrair investimentos; • Melhorar a governança no setor; • Busca de financiamento alternativo; • Empresarialização do setor; • Formação técnica e científica e educação cidadã. 	<ul style="list-style-type: none"> • Emigração – perda de mão de obra; • Falta de isco; • Dificuldade em atrair novos investimentos ou negócios (conserveiras, distribuidoras de equipamentos e apetrechos de pesca); • Estagnação económica (população sem poder de compra e o pescado está muito caro); • Excessiva politização partidária; • Redução de peixe nos bancos de pesca; • Insuficiência na gestão económica e fiscalização da Zona Económica Exclusiva.

7.2. GRUPO 2 - CONCELHO DO PAÚL


Constituído pelas comunidades piscatórias de Pontinha de Janela e Passos, sob a orientação do Sr. Albertino Martins.



Resultados apresentado por **Airton Dias**



FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Disponíveis cacifos funcionais (entregues e por entregar), com localização estratégica (Paço e Pontinha de Janela); • População jovem e motivada, com potencial de capacitação; • Conhecimento tradicional da pesca, particularmente relevante em espécies marinas costeiras; • Diversidade de espécies com valor comercial e ecológico; • Seguros ativos para pescadores (ex.: Sinagoga), promovendo segurança no trabalho nas pescas; • Abertura à inovação tecnológica nas pescas (motores, fibragens, processamento); • Editais governamentais incentivando melhorias nas embarcações e práticas pesqueiras; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de máquinas de gelo e materiais térmicos na comunidade • Infraestruturas precárias ou inexistentes em zonas-chave; • Déficit de formação técnica dos pescadores em novas práticas sustentáveis; • Dificil acesso ao financiamento para melhoria das embarcações e equipamentos; • Falta de lojas especializadas de materiais de pesca; • Poucos bancos de pesca tradicionais, o que limita a diversidade de zonas de captura; • Desconhecimento de técnicas modernas, especialmente entre pescadores artesanais; • Ausência de associações locais, dificultando o planeamento coletivo e acesso a fundos.

<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias estratégicas com FAO, Banco Mundial, MT e MM, que impulsionam projetos locais; • Presença de áreas protegidas sazonais (SA) com potencial de cogestão comunitária. 	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Modernização das infraestruturas (cacifos, praia, acessos), com apoio técnico e financeiro; • Aproveitamento de conhecimento tradicional aliado à formação em novas técnicas; • Capacitação de jovens para a pesca sustentável e aquicultura; • Criação de estruturas organizativas locais (ex.: associações comunitárias); • Instalação de equipamentos de conservação (máquinas de gelo, malas térmicas); • Aproveitamento das parcerias internacionais para implementar modelos de Economia Azul; • Promoção da pesca semi-industrial em zonas apropriadas; • Desenvolvimento de lojas e serviços locais para materiais de pesca; • Implementação de sistemas de fiscalização participativa em complemento com a IGP; • Valorização dos produtos locais via certificações e integração ao turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobrepesca e uso de técnicas proibidas (cross e mergulho); • Alterações climáticas, afetando padrões migratórios e condições marítimas; • Fiscalização deficiente, que permite práticas não sustentáveis de pesca; • Fenômenos naturais adversos (marés vivas e mar revolto); • Condições geográficas desafiadoras (rochas soltas, praia de cascalho); • Vulnerabilidade socioeconômica, em caso de queda na produção pesqueira.

7.3. GRUPO DO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

Grupo constituído pelas comunidades de Cruzinha, Ponta do Sol e Sinagoga; tendo o Sr. **Ederio Almada** como facilitador.



Resultados apresentado por **Amândio Lima**



FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Pesca sustentável com Linha • Boa Comercialização • Transformação tradicional de produtos de pesca • Boa capacidade em Reparação de redes • Bons Marinheiros • Diversidade de atividades de pesca. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de organização dos atores • Insegurança no mar • Falta de capacitação profissional • Falta de capacidade financeira.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de desenvolvimento no sector pesca • Proximidade de bancos de pesca • Potencial de mercado • Alternativo rendimento através do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização • Acesso a crédito • Meios de conservação/operacionais • Combustível para pesca • Dificuldade em embarque e desembarque • Falta de isco • Vontade Política • Degradação ambiental • Longa seca.

8. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

Das apresentações coube a reação de vários intervenientes cuja síntese resume nas seguintes considerações e recomendações:

- Promover a industrialização e o empreendedorismo no setor das pescas em Santo Antão;
- Considerar a viabilidade da introdução de uma embarcação-mãe para aumentar a estadia das embarcações nos bancos de pesca;
- Investir em equipamentos essenciais na prevenção de acidentes provocados pelo mergulho, o monómetro de mergulho e câmara hiperbárica, esta última como muito importante para salvar vidas de pessoas com doenças de descompressão e outras;
- Promover mais formações de mergulho com sustentabilidade;
- Intensificar a realização de cursos primeiros socorros – importante para salvar vidas em acidentes menos complexos;
- Considerar a implementação do TAC nos três sítios pilotos com mais condições de implementação do sistema de venda de lota, São Vicente, ilha do Sal e ilha do Santiago;
- Reforçar a fiscalização da ZEE quer nas pescarias pelágicas quer nas águas internacionais;
- Operacionalizar de 4 embarcações de pesca industrial (2 cercadores e 2 palangreiros) – numa fase inicial para colmatar o problema de derrogação;
- Mobilizar mais investimentos para viabilizar projetos de pesca;

- Incentivar o investimento no processo de congelação a bordo para aumentar a autonomia das embarcações;
- Reforçar segurança no mar;
- Criar espírito de responsabilização e organização das comunidades para melhor acesso ao financiamento;
- Considerar a figura de parcerias público-privadas na reconversão da frota e em outros projetos de reconhecida relevância;
- Desenvolver uma mentalidade de responsabilidade partilhada.

9. ENCERRAMENTO

9.1. SR. SUSANO VICENTE – PRESIDENTE DA APESC

No discurso de encerramento, agradeceu a todos pela presença e pela disponibilidade em participar da jornada, que, segundo as suas palavras, teve uma importância crucial para a auscultação de preocupações e recolha de propostas de soluções. Sublinhou que todas as contribuições deixadas serão devidamente trabalhadas e sistematizadas, de modo a integrarem o grande documento a apresentar no Congresso Nacional. Manifestou ainda o seu reconhecimento a toda a equipa de trabalho e a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o êxito do evento.

Por fim, informou que as próximas jornadas preparatórias decorrerão em São Nicolau, Ilha do Sal e São Vicente, seguindo-se o Fórum Regional na Ilha de Santiago e, culminando, o aguardado Congresso Nacional.



9.2. DR. ADILSON FERNANDES – PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO PAÚL

Em representação da Associação dos Municípios de Santo Antão, iniciou o seu discurso agradecendo pelo convite e cumprimentou todas as Associações e os demais presente no evento. Segundo ele, o verdadeiro desenvolvimento só faz sentido com a participação de todos, com escuta ativa, e com a responsabilização de todos os atores envolvidos e que apoia a iniciativa, nesses termos, para o desenvolvimento do Setor das Pescas. Reconheceu que a APESC ao tomar a iniciativa de realizar este Congresso, confirma o seu papel enquanto parceiro

mobilizador e comprometido com as causas das comunidades piscatórias de todo o país.

Falou do papel estratégico do Congresso Nacional ao reconhecer que o desenvolvimento do setor da pesca não pode resultar de decisões unilaterais ou centralizadas, mas sim, com o envolvimento e engajamento de todos os atores.

Frisou que a pesca deve ser entendida como um vetor estruturante da Economia Azul, da segurança alimentar, da sustentabilidade ambiental e da inclusão dos segmentos sociais que são as comunidades piscatórias, em que o desafio consiste em promover uma transformação deste setor que é importante para que se possa converter numa atividade importante geradora de rendimento. Admitiu que das várias contribuições ouvidas pode-se dizer que há um compromisso sério, que existe um engajamento dos diversos atores em querer melhorar o setor da pesca na Ilha de Santo Antão e em Cabo Verde.

Concluiu afirmando todo o apoio e total engajamento das Câmaras Municipais de Santo Antão, como parceiras ativas e colaborativas no desenvolvimento deste setor.

Mindelo, 21 de Agosto de 2025

Redação

Andrea Leite – Técnica DNPA

Kátia Salomão – Secretária Executiva da APESC



Mindelo 08 de julho 2025

No	NOME	Função/Trabalho	CONTATO	EMAIL
1	Sandra Carneiro	PCO	9529281	Sandra.Carneiro@fmae.gov.br
2	Adriana M. Mota	PCO	9519792	adriana.mota@fmae.gov.br
3	Luiz Paulo	APCCO	9956878	luizpaulo@fmae.gov.br
4	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
5	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
6	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
7	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
8	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
9	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
10	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
11	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
12	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
13	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
14	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
15	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
16	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
17	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
18	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
19	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
20	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
21	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
22	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
23	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
24	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
25	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
26	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
27	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
28	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
29	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br
30	Adriana S. Costa	EMAR	9858008	adriana.scosta@fmae.gov.br

Mindelo 08 de julho 2025

Anexo 06 de maio 2023			
31	Silvane Monteiro Roque	Torimense	9896994
32	Mamela Cereia	Cruzinhense	9727607
33	WATILSON MORRIS	CRUZINHA	9843881
34	Jose Delgado da Silva	Vice P.A.D.PHT	9515728
35	JOSE MANUEL SILVA	Pescador	9524782
36	Carlos ALBERTO Pires	Assoc. de	9434372
37	Regina Maria do Prado	Pescador	9267784
38	Cláudia de Brito Pinheiro	Bruno	8906622
39	Roberto da Costa	Cruzinhense	82281029
40	João Paulo do Carmo	Cruzinhense	8215986
41	Antônio Celso Lima	Assoc.	82128286
42	Carlos A. Corrêa	Pescador	1576299
43	Antônio Monteiro	Assoc.	1517906
44	Justina Delgado Miranda	Assoc.	5899912
45	Justina Delgado Miranda	Assoc.	5866783
46	Yasmim de Almeida		
47	Roberto Pires	Pescador	5982805
49	Roberto Pires	Pescador	5982805
50	Alcides Santos da Silva	Pescador	5854293
51	Amândio Lima Reis	Assoc.	9839185
	Flávio José da Cruz	Pescador	5929841
	Antônio Joaquim Delgado		
	Antônio José da Silva		9380352

APESC



1ª Jornada preparatória CESPA 2026-2036 – Porto Novo – Santo Antão

Mindelo, dia 08 de julho de 2025

Local:

Nº	Nome	Instituições	Função	email	Assinatura
1	Polidino Silva	ASS. P.C		977 25 10	Polidino Silva
2	Heppeneira	APBPS		590 28 92	Heppeneira
3	Osvaldo Santos	APESC Porto Novo		991 01 62	Osvaldo Santos
4	SIMONE VICENTE	CTMD		972 10 51	Simone Vicente
5	Polidino Silva	APBPS	Secretário	954 85 95	Polidino Silva
6	Albino Silva	HTeigo		959 75 11	Albino Silva
7	Sandra Pereira	P.Novo	Armador	993 34 69	Sandra Pereira
8	Manuel B	Armador		998 22 55	Manuel B
9	Antonio: P. Novo	P.Novo	Pêxtero	955 26 16	Antonio: P. Novo
10	Polidino Silva		placador	592 72 10	Polidino Silva
11	Jose Augusto		placador		Jose Augusto
12	Antonio: P. Novo		X		Antonio: P. Novo
13	Yohel Manuel		X		Yohel Manuel
14	João Batista		X		João Batista
15	Alfonso de Sousa		X		Alfonso de Sousa
16	Comitê de Porto Novo		X	959 41 61	Comitê de Porto Novo
17	Maria Jorge		X	972 19 03	Maria Jorge
18	Sharon Zúñiga		X	983 65 51	Sharon Zúñiga

Heppeneira

Antonio: P. Novo

Manuel B

950 50 80

591 51 07

597 28 78